

ROMA, ITÁLIA, 18 DE NOVEMBRO DE 1999

*Senhor Diretor-Geral; Senhores Ministros; Embaixadores; amigos,*

Este é um momento de renovação da confiança na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. É chegada a hora de redobrar esforços para que a FAO atenda à sua elevada responsabilidade de encaminhar soluções para os problemas da fome e da miséria, as questões mais urgentes da agenda contemporânea.

O encargo não poderia ser mais desafiador. A Organização tem diante de si a exigência de zelar pela implementação do plano de ação definido na Cúpula de Alimentação de 1996. Cabe a este foro acompanhar a consecução do objetivo de reduzir à metade, até 2015, a desnutrição no mundo.

Venho reiterar o firme compromisso do Brasil com a FAO. Fiz questão de informar pessoalmente este colegiado de que o Brasil está fazendo sua parte para o cumprimento do plano acordado em 1996. Quero falar dos ganhos sociais advindos da estabilização da economia brasileira; comentar a orientação distributiva que temos buscado imprimir à ação do Estado para benefício dos mais pobres; partilhar com os pre-

sentes a experiência brasileira de combate à fome e à miséria, caracterizada pela concertação do Estado com a sociedade. Desejo, ainda, registrar neste foro maior a preocupação do Brasil com as assimetrias que continuamos a observar nas relações entre os Estados, sobretudo na área do comércio internacional, de interesse imediato para o bem-estar de nossas populações.

Fico satisfeito em poder trazer-lhes o testemunho de uma nação que estabilizou sua economia sem relegar a segundo plano o progresso social. Soubemos conciliar eficiência com equidade. Se o plano de estabilização da moeda brasileira trouxe proveito para o país como um todo, que se vê agora credenciado a um crescimento sustentado, os principais beneficiários foram os mais pobres. Eliminamos o perverso imposto inflacionário. O Plano Real permitiu que mais de 10 milhões de brasileiros superassem a linha da pobreza absoluta. De 1993 a 1995, a proporção de pobres no Brasil caiu de 30,7% para 20,5% da população. Ainda contamos com o número inaceitável de 30 milhões de indigentes, mas foi possível resgatar dessa condição milhões de famílias, em um esforço sem tréguas, cotidiano, que continua, e no qual estarei empenhado até o último dia de meu governo.

A luta contra a pobreza exige um novo Estado, um Estado virtuoso, que faça do equilíbrio orçamentário não um fim em si mesmo, mas um instrumento para a promoção do bem-estar social. É o que temos tentado fazer no Brasil. A preocupação com o gasto virtuoso do dinheiro público é o fundamento maior das políticas sociais no Brasil, que passaram a ter como critério básico o interesse dos menos favorecidos, no campo e na cidade.

Estamos a construir um novo mundo rural, como tanto sonhou Josué de Castro, terceiro Presidente Independente do Conselho da FAO e o mais estudioso brasileiro dos problemas da fome.

Vejam o Programa de Reforma Agrária. Assentamos em quatro anos mais de 280 mil famílias, ou cerca de 1 milhão e meio de pessoas. Isso supera o total de assentados nos trinta anos anteriores. A área desapropriada para a reforma agrária, de 1995 a 1998, foi de aproximadamente 7 milhões de hectares, uma área equivalente ao território da

Irlanda ou ao de duas Bêlgicas. As dimensões dessas cifras revelam a magnitude da tarefa de democratizar o acesso à terra no Brasil, tarefa que vai além do trabalho de assentamento, por mais crucial que seja.

É com esse entendimento que o Governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. Estamos dotando centenas de milhares de agricultores familiares, muitos dos quais assentados há pouco, das condições de crédito, assistência técnica e infra-estrutura necessárias ao progresso sustentado de seus empreendimentos. Cerca de 1 bilhão e meio de dólares estão sendo destinados por ano ao Pronaf, que promove a agricultura familiar sem prejuízo ao meio ambiente. Os lavradores são orientados à escolha de culturas e técnicas ambientalmente saudáveis.

A promoção do bem-estar no campo requer uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis, como os idosos e as crianças. Daí o empenho do Governo brasileiro em aperfeiçoar o sistema de aposentadoria rural, que constitui um verdadeiro programa de renda mínima, já que os benefícios são concedidos sem a contribuição correspondente. As aposentadorias rurais contemplam hoje mais de 6 milhões de brasileiros.

Não menos prioritário é o tratamento que está sendo dispensado às crianças. É compromisso de meu governo erradicar o trabalho penoso e degradante de menores de 14 anos. Os resultados já são palpáveis. Conseguimos afastar do trabalho de alto risco mais de 130 mil menores. Para tanto, tem sido fundamental o instrumento da bolsa-escola, que garante a famílias de baixa renda recursos para que mantenham seus filhos na escola. Estamos atingindo a meta de colocar todas as crianças na escola. Noventa e seis por cento das crianças brasileiras já estão matriculadas no ensino básico.

A experiência brasileira também aponta para a importância da cidadania como garantia de progresso social. Quanto maior a capacidade de organização da sociedade, mais eficaz é a luta contra a pobreza. Nada me parece mais exemplificativo do que o Programa Comunidade Solidária, cuja linha-mestra é a parceria entre o Governo e setores organizados da sociedade brasileira. O Comunidade Solidária conta com o envolvimento das comunidades locais tanto para a implementação

como para o controle social de seus projetos. Isso ocorre nos 1.360 municípios em que atua, todos situados em regiões pobres do país. Os resultados são mais do que auspiciosos. Foram reduzidos os índices de mortalidade infantil e de internação hospitalar de crianças até cinco anos. Multiplicou-se a quantidade de cestas básicas distribuídas às famílias mais carentes, incluindo grupos de sem-terra e comunidades indígenas. Ampliou-se a taxa de escolaridade nos municípios envolvidos.

A luta contra a pobreza deixou de ser, portanto, monopólio do Estado. É cada vez mais um compromisso da sociedade brasileira com o seu tempo. O trabalho de Herbert de Souza, o Betinho, porta-voz dessa aliança Estado-sociedade, não foi em vão. Se ainda convivemos com a miséria, com a miséria de milhões, o povo brasileiro não mais a aceita. E exige a tradução em políticas concretas desse sentimento de indignação, um sentimento que se estende por todo o país, sobrepondo-se à filiação partidária ou ideológica.

Desejo concluir redirecionando meu olhar para o mundo. Quero lembrar que a luta contra a pobreza não deve ser travada unicamente dentro de nossas fronteiras. Ela está mais sujeita do que nunca a condicionantes internacionais. É ilusório pensar em estratégias duradouras de transformação social que não contemplem reivindicações no plano externo. O Brasil não pode continuar a ser privado de recursos indispensáveis ao bem-estar de seu povo pela irracionalidade dos mercados. Tampouco aceitamos que nos continue a ser vedado o acesso a mercados agrícolas e de produtos manufaturados.

O Brasil já se vê plenamente integrado à economia internacional, sente-se credenciado a reclamar que se diluam os redutos autárquicos, protecionistas, sobretudo aqueles que se parecem afirmar nos países de maior poder relativo. É com essa expectativa que participaremos da Rodada do Milênio, expectativa que é comum ao Governo e ao povo brasileiro.

Senhor Diretor-Geral, Senhores Delegados, agradeço a acolhida neste foro que tem uma missão histórica. A causa que persegue é a causa maior deste final de milênio: resgatar a dignidade e a esperança de milhões de seres humanos ameaçados pelo flagelo da fome.

Estejam certos de que a missão da FAO tem forte ressonância no Brasil. Nela estão engajados governo e sociedade. Desejo que minha presença aqui seja vista como símbolo do compromisso inarredável do Brasil com a Organização e seus objetivos.

Muito obrigado.

